

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Ludmila Costa Brito

1. INTRODUÇÃO

O departamento fiscal de uma empresa deve se aperfeiçoar a cada dia em busca de atender o fisco e sua própria responsabilidade diária, pois nele envolve toda a tributação a qual a empresa está sujeita e adequada e também defini suas obrigações na legislação federal, estadual e municipal podendo acarretar em fiscalização e autos de infração, para isso se da necessidade de acompanhamento sobre a legislação tributária e suas alterações diárias. O estágio teve início em 09 de maio de 2016 e término em 27 de maio de 2016, com carga horária de 30 horas semanais, perfazendo um total de 90 horas realizado no departamento fiscal da contabilidade da empresa Zoo flora, fundada em 1972 na cidade de Anápolis Goiás, onde foram desenvolvidas atividades do setor.

1.1 A EMPRESA

Zoo Flora Ltda., fundada em 1972 na cidade de Anápolis Goiás, uma empresa pioneira em nutrição animal e esta entre as maiores indústrias do segmento no Brasil. São mais de 40 anos caminhando lado a lado com seus clientes, buscando sempre o melhor do processo tecnológico e científico para melhor atender os pecuaristas de todo país, trazendo soluções confiáveis e práticas econômicas que maximizam resultados, onde seus processos de fabricação vêm sendo aprimorados com a implantação de novas tecnologias, capacitação dos colaboradores e investimento em sustentabilidade com o objetivo de levar para os clientes melhor custo benefício a cada dia. Seu administrativo desenvolve suas atividades no escritório em Anápolis - Goiás, no bairro de Lourdes, onde é composto por uma equipe de 35

funcionários, e tendo suas atividades centralizadas no local, matriz, Possui cinco filias, distribuídas estrategicamente nas regiões norte e centro oeste.

A empresa conta com 50 empresas de representação comercial, como prestadoras de serviços especializados em agronegócio atuando nas regiões dos estados de Goiás, Minas Gerais, Bahia, Piauí, Tocantins, Mato Grosso, Pará e Maranhão.

Os produtos da Zoo Flora atendem as necessidades de seus clientes, pois possui linhas de produtos para nutrição de peixes, aves, suínos, eqüinos, muares, caprinos, ovinos e bovinos de leite, corte e elite, seu carro chefe são os produtos pra nutrição bovina.

A empresa possui cerca de 100 funcionários no total e tem uma estrutura organizacional ampla e de alta tecnologia, possui valores claros e cumpridos.

1.2. Objetivo Geral

Este relatório tem por objetivo geral a conclusão da disciplina de estágio supervisionado obrigatório além de agregar um conhecimento prático de uma área da contabilidade desde que não seja a de atuação.

1.3. Objetivos Específicos

O estágio realizado na empresa tem por objetivo assimilar a prática com a teoria aplicada na graduação, sendo este aplicado ao departamento fiscal na área contábil, visando ter um conhecimento específico e detalhado na parte de tributação e obrigações acessórias, exigências do fisco e rotinas de um departamento fiscal.

2. DESENVOLVIMENTOS DAS ATIVIDADES DO ESTÁGIO

Foram desenvolvidas durante o estágio, atividades da rotina do departamento fiscal vinculado as rotinas interligadas a empresa, estando sobre a supervisão do contador responsável. Sendo assim foi repassado instruções dos procedimentos e o auxilio durante a execução das atividades abaixo relacionadas.

LANÇAMENTO DE NOTAS FISCAIS DE ENTRADAS.

Os lançamentos de notas fiscais são realizados pela matriz, onde compras em gerais: matéria prima: uso e consumo, fretes e despesas são alimentadas no sistema Protheus-TOTVS, as filiais passam diariamente essas notas protocoladas, assim se faz o respectivo lançamento, onde será integrado a programação do financeiro, fiscal e estoque através das TES (Tipo de entrada e saída) parâmetro que determina todo o processo de forma adequada.

ARQUIVAMENTO DE NOTAS FISCAIS DE ENTRADAS

As notas de entradas seguem um padrão, onde após o seu lançamento devem entregues ao financeiro uma cópia das mesmas, arquivando a original em pastas subdivididas por empresas, e organizadas mensalmente.

CONFERÊNCIAS DIÁRIAS DOS LIVROS FISCAIS (entradas)

Diariamente deve ser emitido o livro fiscal de entradas e assim conferir os lançamentos, observando juntamente com a nota física: o CFOP (Código Fiscal de Operações e Prestações), valor contábil, data de emissão, natureza, destaque de impostos.

GERAR ARQUIVO SPED FISCAL E CONTRIBUIÇÕES - (Sistema Público de Escrituração Digital)

Os arquivos são gerados pelo próprio sistema mensalmente na rotina do fiscal, arquivos magnéticos, SPED fiscal: arquivo digital que informa todos os documentos fiscais e informações que os fiscos federal, estadual precisam saber. Essas informações referem-se ao período em que são apurados os impostos de ICMS e IPI, deve ser gerado individualmente, ou seja, o da matriz e das quatro filiais, diferente das contribuições: arquivo digital instituído no Sistema Publico de Escrituração Digital – SPED, a ser utilizado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS, nos regimes de apuração não-cumulativo e/ou cumulativo, com base no conjunto de documentos e operações representativos das receitas auferidas, bem como dos custos, despesas, encargos e aquisições geradores de créditos da não cumulatividade que é gerado de forma consolidada.

EMIÇÃO DE NOTAS FISCAIS DE SAIDAS – TRANSFERÊNCIAS

São emitidas notas de saídas eventualmente de transferências entre matriz e filiais, onde são feitas operações que transferem matérias primas e uso consumo de uma empresa para outra.

ACOMPANHAR O FECHAMENTO DOS IMPOSTOS: PIS e COFINS.

O fechamento do imposto mensal de PIS e COFINS, consolidado, observa se alguns critérios como isenção em alguns produtos regulamentada pela instrução normativa 1157 de 16 de maio de 2011 que dispõe sobre a suspensão da exigibilidade da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita decorrente da venda de produtos suínos e aviculários e de determinados insumos relacionados, e sobre o crédito presumido decorrente da aquisição desses produtos, e altera as Instruções Normativas RFB nº 977, de 14 de dezembro de 2009, e SRF nº 660, de 17 de julho de 2006, que dispõem sobre a suspensão da exigibilidade da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS incidentes sobre a venda de produtos pecuários e produtos agropecuários, respectivamente, e sobre o crédito presumido decorrente da aquisição dos respectivos produtos.

ACOMPANHAR A APURAÇÃO DE ICMS - PRODUZIDA

A empresa possui benefício em sua apuração de ICMS, sendo o Produzir, lei nº 13.591/2000 que institui o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Programa do Governo do Estado de Goiás que incentiva a implantação, expansão ou revitalização de indústrias, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica e o aumento da competitividade estadual com ênfase na geração de emprego, renda e redução das desigualdades sociais e regionais.

PRENCHIMENTO DA DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais

A DCTF é uma das declarações obrigatórias que faz parte da rotina mensal do departamento fiscal, deve ser apresentada até o 15º (décimo quinto) dia útil do 2º (segundo) mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores nela contera as informações relativas aos tributos e contribuições apurados pela pessoa jurídica em cada mês, os pagamentos, eventuais parcelamentos e as compensações de créditos, como as informações sobre a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A partir de 1º de janeiro de 2010, as pessoas jurídicas de direito privado em geral, inclusive as equiparadas, as imunes e as isentas, as autarquias e fundações da administração pública dos Estados, Distrito Federal e Municípios e os órgãos públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dos Estados e do Distrito Federal e dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios, desde que se constituam em unidades gestoras de orçamento, deverão apresentar mensalmente e de forma centralizada, pela matriz, a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF).

Será apresentada mediante sua transmissão pela Internet com a utilização do programa Receitanet, disponível no endereço eletrônico www.receita.fazenda.gov.br. É obrigatória a assinatura digital efetivada mediante utilização de certificado digital válido, para a apresentação, por todas as pessoas jurídicas.

CONFERIR AS GUIAS NACIONAIS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS ESTADUAIS MUNICIPAIS.

O setor fiscal deve conferir as guias de recolhimento, como os ICMS de antecipação, ISS e outros a recolher antes de passar ao financeiro para efetuar o pagamento destes.

3. CORRELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

A prática é ideal para se conseguir atingir o objetivo do curso, a teoria é o conhecimento que precisamos para desenvolver a prática específica, no desenvolvimento do estágio, pode aplicar várias matérias da grade do curso muitas vezes deparamos com indiferenças desta ligação: teoria versus prática, como exemplo a ética algo difícil de seguir em um ambiente competitivo, o mercado de trabalho, onde empresas procura um melhor benefício independente de quebrar regras e conceitos éticos, na profissão contábil não é diferente:

O profissional contábil é peça fundamental não somente para as organizações, mas também para a sociedade que espera transparência nas informações contábeis, resultadas não só da competência profissional, mas da postura ética como menciona Sá (2001, p. 62).

“A consciência ética é específica, pois forma-se para o exercício de vontades que geram condutas que se submetem ao julgamento de terceiros”. O departamento fiscal é responsável pela geração dos impostos, e melhor planejamento tributário, Entre as muitas funções da contabilidade está a de demonstrar ao fisco o cumprimento da legislação tributária que cita Fabretti (2003, p. 32)

Onde a dificuldade está onde os empresários visam ter uma menor contribuição do que a apuração real, que muitas vezes se aplica uma tributação realmente pesada, o Brasil considerado um dos países de maior carga tributária, onde se é exigido do setor um planejamento tributário efetivo:

Para tanto o contador tem que estar sempre atualizado na legislação fiscal para encontrar soluções que possibilitem redução da carga tributária apoiada ao abrigo da elisão fiscal, ficando fora da sonegação e fraude. Para Fabretti (2003, p.133),

“... a elisão fiscal é lícita, pois é alcançada por escolha feita de acordo com o ordenamento jurídico, adotando-se a alternativa legal menos onerosa ou utilizando-se de lacunas na lei.”, sem um bom planejamento tributário e com a crescente e difícil competição no mercado globalizado, as empresas têm que buscarem reduzir os custos mantendo sua permanência no mercado e garantindo um bom retorno para o capital investido.

Na obra de Contabilidade Tributária de Fabretti (2003), é citado que a evasão fiscal está prevista na Lei dos Crimes Contra a Ordem Tributária Econômica e Contra Relação de Consumo (Lei 8.137/90) conforme algumas condutas ilegais, entre elas:

I - omitir informações ou prestar declaração falsa a Receita federal;

II - fraudar fiscalização tributária inserindo ou omitindo operações de natureza em livro ou documento exigido pela Lei fiscal; e

III - falsificar ou alterar nota fiscal.

Ainda na realização do estágio pode se observar um dos princípios mais comentados em sala, o princípio da competência, no qual é opção da empresa. Como mencionam Iudícibus e Marion (2000) as regras para o regime de competência são:

I - as receitas serão contabilizadas no período em que foram geradas, independente de serem recebidas,

II - as despesas serão contabilizadas no período em que foram geradas, independente de serem pagas.

Como exemplo:

Regime de Competência

Se a empresa adotar esta forma de reconhecimento de suas receitas, deverá apurar os tributos incidentes (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS), sobre o total da nota fiscal, no período em que a mesma foi emitida, no caso em tela no primeiro trimestre de 2006, com os seguintes valores:

– IRPJ = (15% sobre os 32% da base presumida) = R\$ 10.656,00

– Adicional de IRPJ = (10% sobre os 32% da base presumida que exceder a R\$ 60.000,00) =

- CSLL = (9% sobre os 12% da base presumida) = R\$ 2.397,60
- PIS = (0,65% sobre o total da nota fiscal) = R\$ 1.443,00
- COFINS = (3% sobre o total da nota fiscal) = R\$ 6.660,00.

4. CONCLUSÃO

O estágio supervisionado é um componente curricular com o objetivo de associar a teoria do curso de contabilidade com a prática, se já atua em alguma das áreas o melhor é que se realize em outra área para um conhecimento mais amplo.

Conclui se que o estagio contribuiu para o meu crescimento e aprimoramento profissional, vejo que mesmo trabalhando na área, sempre temos algo a aprender, e que a cada dia precisamos aperfeiçoar o nosso trabalho uma vez que está sempre sofrendo mudanças.

Para sermos contabilistas precisamos ter o mínimo de vivencia em cada área que pode se atuar, até mesmo para ter consciência de qual queremos atuar e ser melhores em seu desenvolvimento.

5. REFERÊNCIAS

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=16129&visao=anotado>

Acesso em 30 de maio de 2016.

<http://www.sed.go.gov.br/post/ver/193331/produzir> Acesso em 05 de junho de 2016.



ANAIS - Seminário de Estágio Supervisionado do Campus Anápolis de CSEH-UEG: as decisões nas políticas públicas nacionais, estaduais e institucionais com reflexos na formação profissional.

10 e 11 de novembro de 2016

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/dctf-declaracao-de-debitos-e-creditos-tributarios-federais/programa-gerador-da-declaracao-pgd>

Acesso em 05 de junho de 2016.

<http://www.portaltributario.com.br/guia/dctf.html> Acesso em 06 de junho de 2016.

<http://www.zooflora.com.br/> Acesso em 01 de junho de 2016.

MARION, José Carlos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. Introdução à Teoria da Contabilidade. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

